



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

3º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE VITÓRIA/ES

Competência: matéria previdenciária.

Juiz Federal Titular: Dr. Rogério Moreira Alves

Juiz Federal Substituto: Dr. Gustavo Moulin Ribeiro

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 27 de junho a 01 de julho de 2016, a correição ordinária eletrônica do 3º Juizado Especial Federal de Vitória/ES.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Atentar para o cumprimento das Metas do CNJ de 2016;
2. Regularizar a juntada de documentos pendentes;
3. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão tenha sido cadastrado equivocadamente, de forma também a evitar a classificação como “vazias”;
4. Observar e retificar, quando possível, a classificação das sentenças, de forma a evitar a classificação equivocada, bem como a classificação como “vazias”;
5. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

A Procuradoria da República e a Defensoria Pública da União, apesar de instadas a acompanharem os trabalhos desta correição, não enviaram Ofícios designando procurador ou defensor, nem tampouco apresentaram qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, também, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/ES.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

De acordo com o questionário de pré-correição

“Divisão de processos entre Titular e Substituto: O juizado vem observando rigorosamente a divisão de processos entre os juízes, de acordo com a numeração final dos processos, desconsiderando o dígito verificador, incumbindo ao Juiz Federal Titular aqueles de final par e ao Juiz Federal Substituto os de final ímpar, conforme as normas vigentes (Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF, 2ª Região).”

. Titular: **Dr. Rogério Moreira Alves**, em exercício desde janeiro de 2006.

. Substituto: **Dr. Gustavo Moulin Ribeiro**, em exercício desde dezembro de 2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: não respondido no questionário pré-correição.

Total de Servidores lotados na Vara: 11

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 01

Estagiários: 02

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Agosto/2014	Correição junho/2016
Total	2.231	3.044
Suspensos	610	1.231
Tramitação ajustada	1.621	1.813

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em agosto/2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 22/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/06/2015 a 31/05/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	6.734	59,98	03
Decisão	816	7,27	04
Sentença	3.677	32,75	23
Total Geral	11.227	100,00	10

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 24/06/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

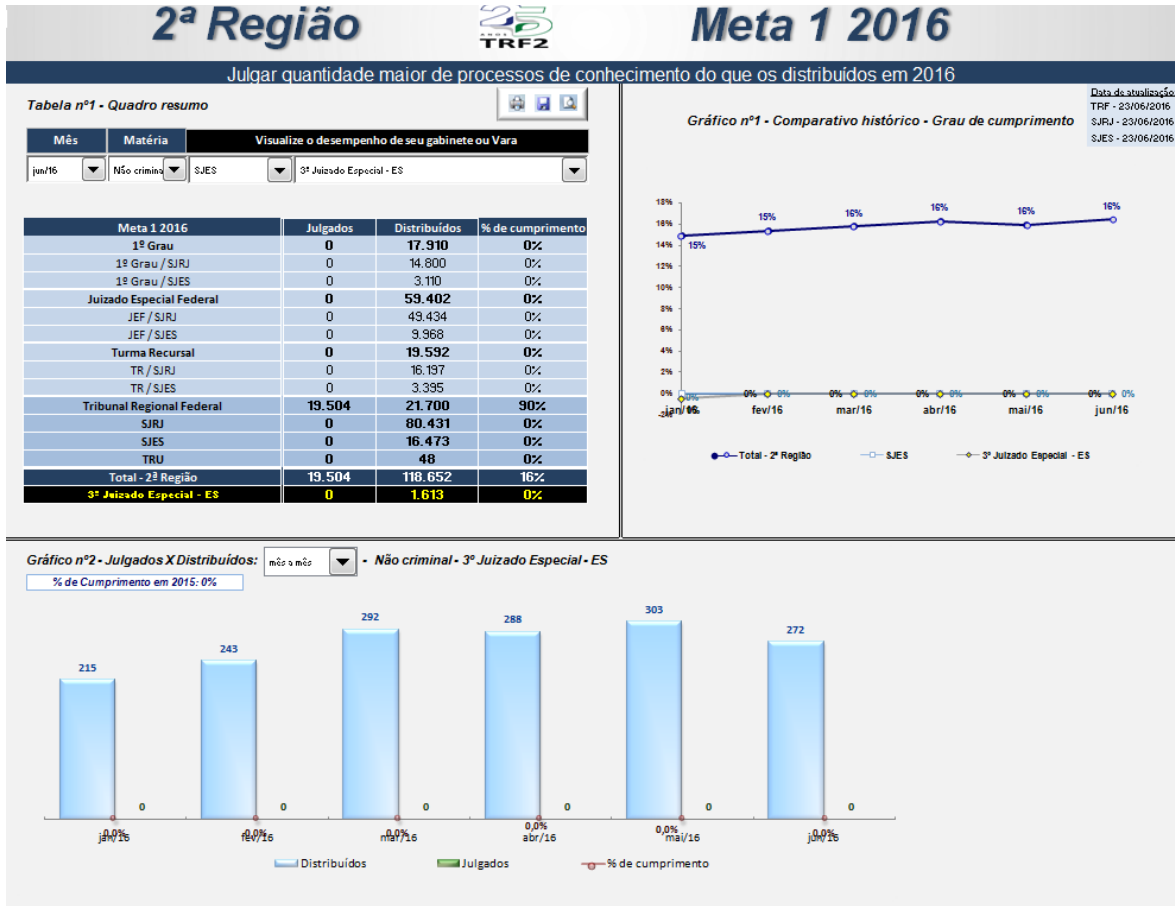
I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

1 - Matéria não criminal.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a junho de 2016, foram distribuídos para o órgão correicionado 1.613 processos, porém ainda não foi julgado nenhum destes processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 0%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



(quadro resumo atualizado até 24/6/2016)

2 - Matéria criminal:

Não se aplica.

II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

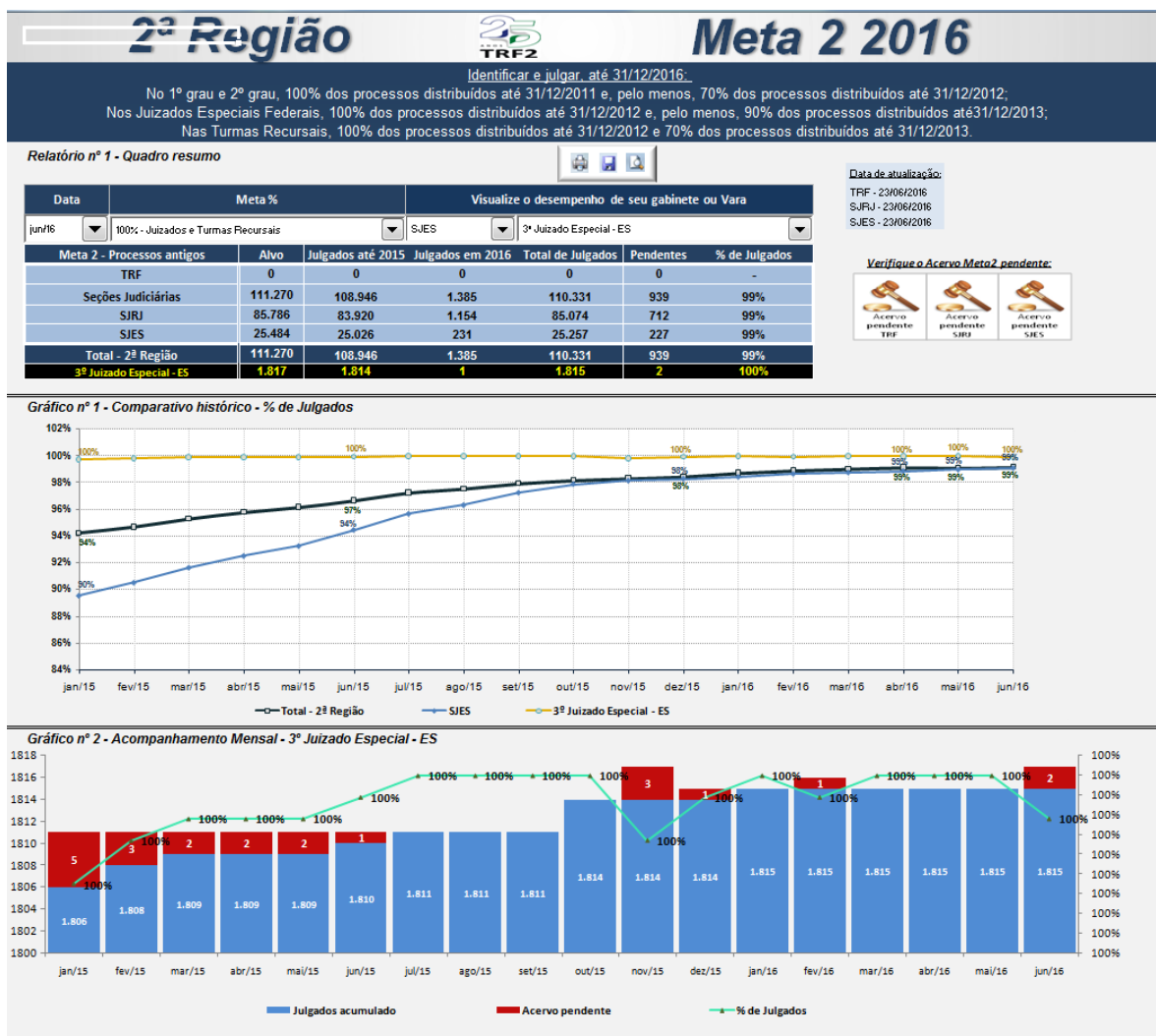
Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 100% da meta, havendo apenas 2 processos pendentes.



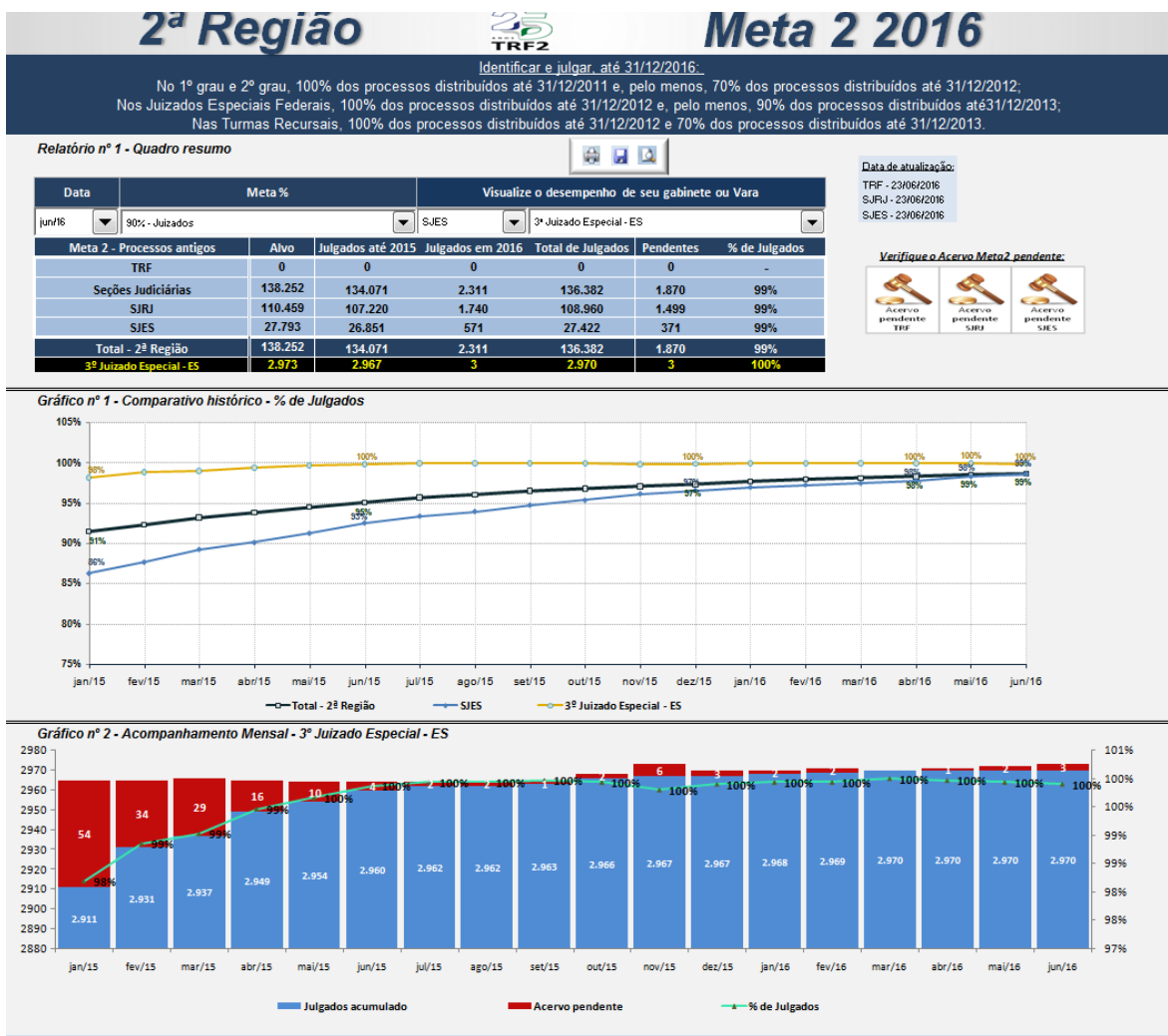
(quadro resumo atualizado até 24 de junho de 2016)

2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 100% da meta, havendo 03 processos pendentes.



(quadro resumo atualizado até 24 de junho de 2016)

Em junho de 2016, o quadro resumo indicava haver 3 processos pendentes:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ano	2016	▼
Mês	Junho	▼
Vara	3º Juizado Especial - ES	▼

Acervo pendente SJES

Contar de Processo	Última movimentação	
Ano distribuído	menos de 100 dias	Total geral
2011	1	1
2012	1	1
2013	1	1
Total geral	3	3

São eles:

- **00068264620114025050-** Ação previdenciária pedido de desaposentação, autuado em 14/09/2011. Determinada a suspensão em 28/06/2016 ate decisão definitiva no RE 661.256.
- **00033211320124025050-** Ação previdenciária pedido de desaposentação, autuado em 28/06/2012. Determinada a suspensão em 29/06/2016 ate decisão definitiva no RE 661.256.
- **00068920820134025001** - Ação previdenciária pedido de concessão de aposentadoria por idade de segurado especial, na atividade de pescador. Autuado em 30/09/2014. Decisão, em 29/01/2016, declarando a incompetência absoluta do Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari, por se tratar de ação de natureza previdenciária. Foi redistribuído o processo para o 3º Juizado Especial de Vitória, cuja nova autuação foi datada de 20/04/2016. Audiência de conciliação, instrução e julgamento ocorrida em 24/06/2016. último movimento consta como conclusão para sentença/Julgamento, em 24/06/2016.

III – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho).

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OBS: Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, não foi possível verificar o cumprimento desta meta.

IV – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica.

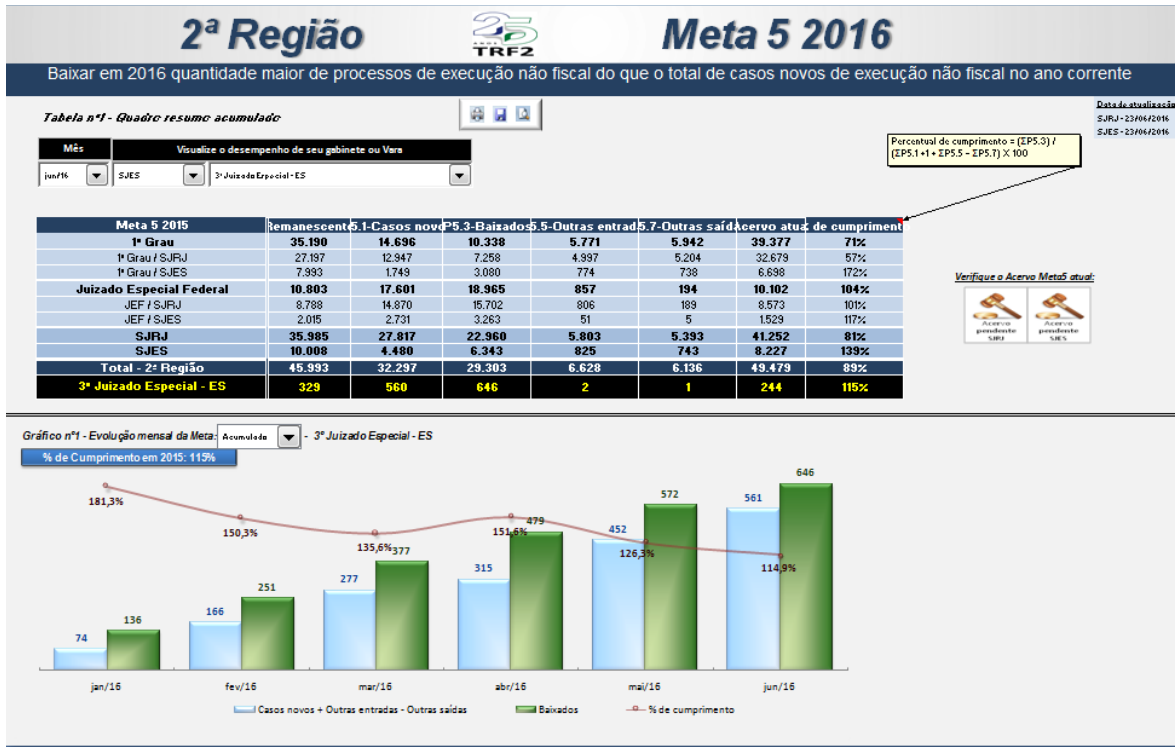
V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Tribunais Regionais Federais)

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 115%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



(quadro resumo atualizado até 24 de junho de 2016)

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas

Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus.

Não se aplica.

VII – META 7/2016: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: mapas extraídos do portal de estatísticas da Segunda Região.

→ **AUDIÊNCIAS (DE 01/06/2015 A 31/05/2016)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 470 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 02/06/2016 e a última em 25/05/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo.

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, **não foram encontrados locais virtuais para as iniciais.**

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 29/06/2016, às 14h12min.

2. BALCÃO DE ENTRADA

13 documentos, sendo o mais antigo de 29/06/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 30/06/2016, às 16:18 min.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO
(Artigos 305 a 317 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Segundo o Questionário Pré-Correição:

"Em primeiro lugar é observada a necessidade de incluir algum identificador no processo eletrônico, como indicação de prioridade para idoso ou de necessidade de intervenção do Ministério Público Federal. Em segundo lugar passa-se à análise dos requisitos legais da petição inicial. Caso o Setor de Distribuição emita o termo de prevenção ou informação em algum processo, são anexadas as peças essenciais daquele primeiro processo para, a partir daí, aferir a necessidade de distribuição por dependência. Os pedidos de tutela antecipada são encaminhados imediatamente para o servidor responsável no gabinete do juiz."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:

(Arts. 227 da CNCR)

Posição em	23/06/2016
Conclusão até	22/06/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 23/06/2016.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:

(Arts. 228 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Posição em	23/06/2016
Último Movimento até	22/06/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	0	N/A
Mais de 60	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 23/06/2016.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 23/06/2016, **03** documentos, sendo o mais antigo de junho de 2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 23/06/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existe os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

- **AGUARDA PRAZO DE CALCULO: 23 documentos, sendo o mais antigo de 17/06/2016;**
- **AGUARDA PRAZO COMUM: 478 documentos, sendo o mais antigo de 08/06/2016;**
- **AGUARDA PRAZO de CONTESTAÇÃO: 87 documentos, sendo o mais antigo de 03/06/2016;**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 24/06/2016, às 14h 18 min.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados os seguintes locais virtuais, entre outros:

CADASTRO DE REQUISITÓRIO: não há nenhum documento.

AGUARDA DEPÓSITO: 273 documentos, sendo o mais antigo de 02/06/2016

AGUARDA DILIGÊNCIA: não há nenhum documento.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 24/06/2016, às 14h 34 min.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

Posição em	24/06/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça em 24/06/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	06/2015 a 05/2016
	Processos	10.189
	Boletins	264
	Média (Proc. / Bol.)	38,59
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,90

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 24/06/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Não foram observados processos remetidos com prazo vencido, conforme se verifica abaixo:

A imagem mostra a interface do sistema de produção JFES. No topo, há uma barra de menu com opções como 'Cadastro', 'Processo', 'Expediente', 'Petição', 'Guia de Remessa', 'Consultas', 'Relatórios', 'Processo Eletrônico', 'Janela', 'Ferramentas' e 'Ajuda'. Abaixo, há uma barra de ferramentas com ícones para salvar, imprimir, etc. O formulário principal contém campos para 'Seção' (50 - Seção Judiciária do ES) e 'Local' (503 - 3º Julgado Especial - ES). Há também campos para 'Classe' e 'Assunto'. Abaixo disso, há opções para 'Considerar' (Remessa Interna, Remessa Externa, Ambos). O formulário é dividido em seções para 'Remessa Interna' e 'Remessa Externa', com campos para 'Destino', 'Motivo' e 'Assunto'. Há também opções para 'Incluir Remetidos ao Arquivo' e 'Somente com data de envio'. No rodapé do formulário, há campos para 'Período de' e 'até', e opções para 'Somente Totais'. Há também campos para 'Prazos' (Prazos vencidos até, Prazos que vencerem no intervalo de) e 'Valor causa min.' e 'Valor causa máx.'. No canto inferior direito, há uma mensagem de erro que diz: 'Error: Não existem dados para a impressão do Relatório.' com um botão 'OK'.

Fonte: Mapa – Apolo – Secretaria – Estatística de processos remetidos, extraído em 24/06/2016, vencidos e não devolvidos até 24/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS:

a) **Total de processos suspensos** (em 23/06/2016):

. Cíveis: 1.185

b) **Análise dos processos:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) **Aguarda decisão de instância superior: 2**

- 00029224720134025050 - Ação ordinária com pedido de reconhecimento de condição especial de trabalho no período de 5/8/2010 a 25/9/2012 para fins de concessão de aposentadoria especial. Foi proferida sentença no Processo nº 0002110-26.2011.4.02.5001, na qual já foi reconhecido o tempo de serviço especial no período de 16/7/1986 a 4/8/2010. INSS interpôs recurso em face da sentença proferida naquela ação, que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal. A análise do pedido de concessão de aposentadoria especial formulado nestes autos depende do resultado do julgamento do recurso interposto naquela ação. Processo suspenso até decisão definitiva no Processo nº 0002110-26.2011.4.02.5001, com base no art. 265, IV, a, do CPC, de 06/11/2013.

- 00045571020064025050 – O processo foi reativado em 23/06/2016.

b) **Cumprimento Precatório/RPV: 248**

- 01163208520144025001 - Determinada a suspensão pelo despacho de 15/12/2014, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

S.m.j., equivocadamente cadastrada, como “b) Cumprimento Precatório/RPV”, ao invés do motivo específico “e) Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”.

- 01023683920144025001- Determinada a suspensão pelo despacho de 15/01/2015, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256. **Equivocadamente cadastrada, como “b) Cumprimento Precatório/RPV”, ao invés do motivo específico “e) Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”.**
- 00050186920124025050 - O processo foi suspenso em 09/06/2016, para cumprimento de pagamento de precatório/RPV. **S.m.j., não foi localizada decisão determinando a suspensão.**
- 00012004620114025050 - O processo foi suspenso em 09/12/2014, para cumprimento de pagamento de precatório/RPV. **S.m.j., não foi localizada decisão determinando a suspensão.**
- 00021229220084025050 - O processo foi suspenso em 18/11/2015, para cumprimento de pagamento de precatório/RPV. **S.m.j., não foi localizada decisão determinando a suspensão.**

c) **Outros – fase conhecimento:** 17

- 01145579620144025050 - Despacho determinando a suspensão do feito, em 19/02/2015, à fl.49, até a homologação dos cálculos apresentados na ACP nº 0010887-78.2003.4.02.5001.
- 00021692720124025050- Despacho determinando a renovação da suspensão do feito, em 24/02/2016, até o julgamento em definitivo da ação penal nº 0006722-67.2009.8.06.0024 que tramita perante a 7ª Vara Criminal de Vitória
- 01376709520154025001- Despacho determinando a suspensão do feito, em 13/03/2016, até o resultado do requerimento administrativo de fl. 51.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 01265041620154025050- Despacho determinando a suspensão do feito, em 14/04/2016, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, até manifestação da parte interessada.
- 01340957920154025001- Despacho determinando a suspensão do feito, em 18/04/2016, pelo prazo de 90 (noventa) dias, em virtude da designação de audiência pelo juízo trabalhista para o dia 27/6/2016.

d) Outros – fase /processo de execução: 01

- 00264341120034025050 - Despacho em 04/05/2015, determinando que o feito deverá permanecer suspenso até que o Mandado de Segurança nº 0026434-11.2003.4.02.5050/02 tenha o seu desfecho definitivo.

e) Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC: 912

- 01132890720144025050 - Determinada a suspensão pelo despacho de 31/10/2014, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256.
- 01134333120144025001 - Determinada a suspensão pelo despacho de 31/10/2014, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256.
- 01311394020154025050 - Determinada a suspensão pelo despacho de 31/10/2014, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256.
- 01312018020154025050 - Determinada a suspensão pelo despacho de 26/10/2015, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256.
- 00067069520144025050 - Determinada a suspensão pelo despacho de 03/11/2014, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256.
- 00067865920144025050- Determinada a suspensão pelo despacho de 11/11/2014, ate decisão definitiva do Recurso Extraordinário 661.256.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

f) **Suspenso aguardando julgamento/recurso: 01**

- 00013645020074025050 – Ato ordinatório em 27/01/2010, a fim de que sejam observadas as disposições do art. 543-B e §§ do CPC. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Suspenso aguardando julgamento/recurso”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”**.

g) **Vazias: 05**

- 00038108420114025050–Juntada petição do autor, à fl. 292, em 18/02/2016, informando que o valor do requisitório de pagamento do precatório já foi levantado. S.m.j., **necessária a reativação do processo, pois não há mais motivo para a suspensão.**
- 00029857720104025050 – O processo foi suspenso em 13/05/2016, para cumprimento de pagamento de precatório/RPV. **S.m.j., não foi localizada decisão determinando a suspensão. Outrossim, é também necessário o cadastramento do motivo específico “Cumprimento Precatário/RPV”.**
- 01197752420154025001- O processo foi suspenso em 24/05/2016, para cumprimento de pagamento de precatório/RPV. **S.m.j., não foi localizada decisão determinando a suspensão. Outrossim, é também necessário o cadastramento do motivo específico “Cumprimento Precatário/RPV”.**
- 01177443120154025001 - O processo foi suspenso em 31/05/2016, para cumprimento de pagamento de precatório/RPV. **S.m.j., não foi localizada decisão determinando a suspensão. Outrossim, é também necessário o cadastramento do motivo específico “Cumprimento Precatário/RPV”.**
- 01323293820154025050 - O processo foi suspenso em 10/06/2016, para cumprimento de pagamento de precatório/RPV. **S.m.j., não foi localizada decisão determinando a suspensão. Outrossim, é**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

também necessário o cadastramento do motivo específico “Cumprimento Precatório/RPV”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 23/06/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/07/2016.**

13. SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 3.677

- a. Com Resolução de Mérito - Declarada decadência ou prescrição: 25
- b. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos: 07
- c. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 14
- d. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Não-acolhidos: 17
- e. Com Resolução de Mérito - Extinta a punibilidade por decadência ou preempção: 01
- f. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 371
- g. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 236
- h. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 411
- i. Convertida em Diligência: 370
- j. Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência: 341
- k. Designa Perícia: 02
- l. Designa perícia médica: 04
- m. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 21
- n. Em Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 08
- o. Em Embargos de Declaração Rejeitados: 34
- p. Recurso Inominado Recebido: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- q. Resolução de Mérito - Extinção da Execução: 01
- r. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente: 378
- s. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente - dispensada a citação: 278
- t. Resolução de Mérito - Pedido Procedente: 270
- u. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte: 242
- v. Resolução de Mérito - Reconhecida Prescrição/Decadência: 29
- w. Resolução de Mérito - Renúncia ao Direito em que se Funda a Ação: 01
- x. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida:
- y. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida: 243
- z. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida: 109
- aa. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida Parcialmente: 02
- bb. Sem Resolução do Mérito: 103
- cc. Sem Resolução do Mérito - Desistência da Ação: 21
- dd. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 09
- ee. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência das condições da ação: 10
- ff. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 12
- gg. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por desistência: 19
- hh. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por negligência das partes: 01
- ii. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por Perempção, litispendência ou coisa julgada: 10
- jj. Sem Resolução do Mérito - Indeferida a petição inicial: 33
- kk. Sem Resolução do Mérito - Indeferimento de Petição Inicial: 30



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

II. Verificação de Prevenção: 01
mm. **Vazias: 12**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

- 0125357-52.2015.4.02.5050 - Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).
- 0118710-41.2015.4.02.5050 - Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).
- 0125355-35.2015.4.02.5001- Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).
- 0126302-39.2015.4.02.5050 - Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).
- 0125850-29.2015.4.02.5050 - Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não constam sentenças deste tipo no Mapa de Estatística de Sentença deste Juizado.

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0104913-95.2015.4.02.5050
- 0105407-57.2015.4.02.5050
- 0105387-66.2015.4.02.5050
- 0105355-14.2015.4.02.5001
- 0105324-41.2015.4.02.5050

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0127176-24.2015.4.02.5050
- 0133068-11.2015.4.02.5050
- 0134115-20.2015.4.02.5050
- 0134100-51.2015.4.02.5050
- 0133977-53.2015.4.02.5050

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/07/2016.**

**14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Os processos que mereçam tratamento diferenciado são marcados com identificador eletrônico próprio. Isso possibilita o monitoramento mais eficaz.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.2.

15. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

“Os processos são encaminhados pela secretaria do juizado, já com o movimento de conclusão, para o escaninho próprio “Conclusos para Sentença”, já com o assunto a que se refere. Com isso, o servidor do gabinete responsável pelo assunto irá minutar a decisão ou a sentença, obedecendo à ordem cronológica de conclusão. Caso algum feito seja retirado no escaninho, para juntar uma petição, por exemplo, ele é devolvido com a observação da data original da conclusão. Com relação ao controle de prazo para prolação de sentenças, ao final de cada mês, é gerado um relatório de processos conclusos, a fim de apurar a existência de alguma conclusão em aberto com prazo próximo de 180 dias.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.4.

16. EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	327	327
	Total		327	327

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 24/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 31/01/2015 a 31/01/2016).

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 2.620
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 90 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 57
- . Enviados: 2.507

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados:0
- . Enviados: 52

- Precatórios Parcelados: Não há

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 24/06/2016

18. CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens penhorados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MPS Apolo - Secretaria - 2.8.2.0 - [Consulta de Bens Penhorados]

Cadastro Processo Expediente Petição Guia de Remessa Consultas Relatórios Processo Eletrônico Janela Ferramentas Ajuda

PRODUÇÃO JFES

Seção 50 Seção Judiciária do ES

Processo

CPF/CNPJ

Vara 503 3º Juizado Especial - ES Intervalo

Nome do Executado

Nome do Fiel Depositário

Tipo do Bem

Descrição do Bem Penhorado

Incluir Bens Baixados na Pesquisa

Apolo TRF - Ajustes

01. #REINCIDÊNCIA #EXPEDIENTE #ERRO #CADASTRO DE EXPEDIENTE - Novamente os expedientes estão perdendo o vínculo com processo(RT 53493) . Os campos do processo e da folha referenciada estavam sendo apagados na mudança de um campo na tela. Em algum instante o número do processo e da folha referenciada não registra a exclusão de se for uma remessa alterada se for uma remessa STJ, registra somente a entrada a estatística de distribuição

02. Inconsistência estatística - Correção do erro em que Nova regra a estatística de distribuição

03. Correção do erro na Fiel

04. Associação de identificação - Correção do problema em excluir identificadores nesta

05. Relatório de prazos - ver o relatório de processos

06. ERRO - Cadastro de expedientes - No TRF permite o envio sem o envio do expediente sem estar assinado aconteceu no TRF, p ficou decidido que o bloqueio do envio do expediente será feito o CheckBox "Remeter para SDM" é habilitado ou não, de acordo

07. APÓLO TURMAS RECURSAIS TRF - Tela de Inclusão em Paul

Na tela de pedido de dia e inclusão em pauta, houve alguns casos onde foi possível inserir o mesmo processo/incidente na mesma pauta, ficando assim o registro duplicado. Foi modificado para caso exista alguma modificação pendente não seja possível modificar a posição dos processos/incidentes

08. Melhoria - Mesa de trabalho - Possibilitar criação de novas colunas e que o usuário escolha as colunas visíveis (RT 51655)

Disponibilizado recurso para que se possa criar novas colunas na mesa de trabalho, para que seja possível que o usuário escolha as colunas que deseja visualizar.

09. Desconsiderar cache ao se logar no VDI (RT 52000)

Atualmente o GoGlobal, está em vias de ser substituído pelo VDI da VMware. Com tal fato, surgiu a necessidade que o VDI atue do mesmo modo que o GoGlobal, ou seja, desconsiderando o cache para as peças.

10. #ERRO - Inclusão Pauta (RT 52123)

Correção da duplicação da ordem da inclusão de pauta do TRF. O erro ocorreu por causa da concorrência entre dois usuários tentando salvar, um salvando correto e o outro gravando duplicado

Verifica se alguma já adicionou a pauta, depois que o usuário corrente selecionou antes de alterar e salvar

11. #Melhoria - Relatório de Processos Sentenciados - Não listar processos que não exijam sentença (RT 52442)

Permite filtrar por processos que exigem sentença

12. #ERRO - Versão - Movimentação de Vários - Issue 14 (RT)

Foi verificado que ao lançar o movimento de remessa pela Movimentação de Vários para o TRF com remessa carga aberta, o sistema emite uma mensagem informando sobre a remessa e se deseja prosseguir, ao cancelar e trocar o destino, preencher o prazo e salvar, o prazo somente é cadastrado no primeiro processo. Realizado o ajuste da replicação do prazo.

13. #MELHORIA - Arquivo XML TNU (RT 52592)

Por solicitação do CJF, o arquivo XML para envio do Virtus deve ser ajustado para ficar adequado ao modelo proposto. O modelo proposto consta no primeiro andamento do RT, e as demais orientações sobre o preenchimento se nos andamentos posteriores.

Portal Web - Ajustes

01. Erro Petição - Tela de seleção de partes gerou erro de violação de FK na tabela PESSOA (RT 51618)

Erro

Não foi encontrado nenhum item com os dados informados.

OK

Fonte: Apolo – Secretaria – Consultas – Bens penhorados.

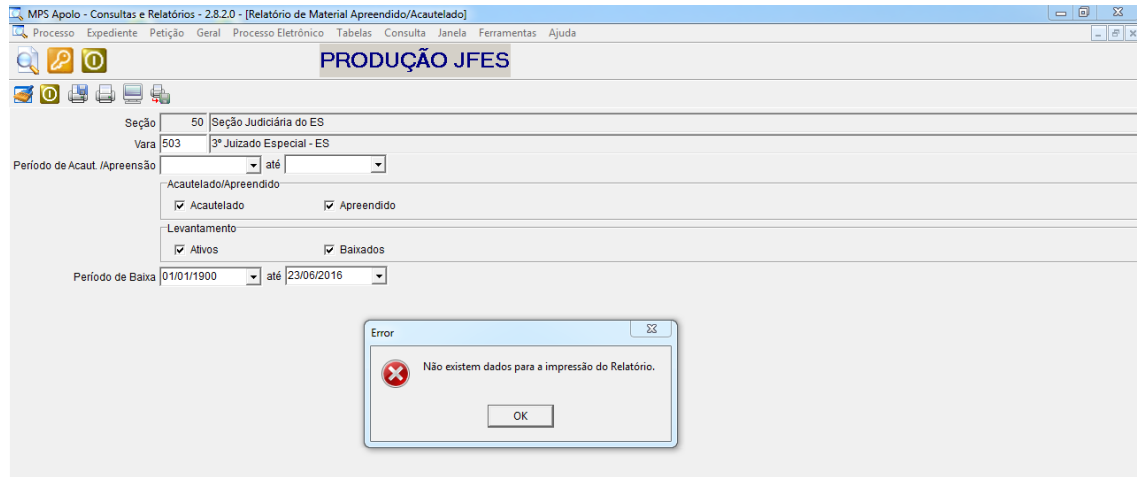
19. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens acautelados/apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado.

20. LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

"Livro de ponto dos servidores: livro em ordem

Livro de carga para advogados, partes e auxiliares do juízo: livro em ordem, mas em desuso em virtude dos processos tramitarem em meio eletrônico.

Livro de remessa setores administrativos de apoio: livro em ordem, mas em desuso em virtude dos processos tramitarem em meio eletrônico.

Livro de carga ao Ministério Público Federal: livro em ordem, mas em desuso em virtude dos processos tramitarem em meio eletrônico.

Livro de Reclamações: livro em ordem e sem nenhum registro desde a instalação do juizado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pasta de atos do plantão: livro em ordem"

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

21. ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

"As instalações físicas atendem perfeitamente às necessidades do Setor. Não há problemas e dificuldades a serem relatadas."

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFES-OFI-2016/01017).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

6.3.1 Três meses: manter o acervo de processos conclusos para sentença próximo do atual (atualmente 93 processos) mesmo depois das férias do Juiz Titular, já programadas para o dia 18/7/2016.

6.3.2 Seis meses: despachar e decidir processos em no máximo dois dias e proferir sentença no prazo máximo de quinze dias.

6.3.3 Um ano: manter a meta do item 6.3.2

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.3.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Isabelle Habib Oliveira, Mat. nº 11.750